

A eugenia em 1968: Afonso Rabe e “o direito de nascer sadio”

Eugenics in 1968: Afonso Rabe and “the right to be born healthy”

Viegas Fernandes da Costa


Doutorando no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas

<https://orcid.org/0000-0002-9905-9293> 

Myriam Mitjavila

Doutora em Sociologia.

Universidade Federal de Santa Catarina

<https://orcid.org/0000-0002-2686-7986> 

Informações completas sobre autoria estão no final do artigo ●

Resumo: Este trabalho tem como objetivo principal compreender a enunciação da eugenia pelo médico brasileiro e professor de puericultura Afonso Rabe em seu livro “Noções de Higiene, Educação Sanitária e Puericultura”, publicado em 1968, identificando as condições de possibilidade dessa sua enunciação. A análise está ancorada nos conceitos de enunciado, biopolítica e governamentalidade propostos por Michel Foucault, e sustenta que a enunciação da eugenia feita por Afonso Rabe está relacionada com a Teoria do Capital Humano e a percepção do “neoliberalismo americano” na sociedade brasileira, principalmente na segunda metade do século XX. O artigo inicia discutindo os modos como os discursos eugenistas se inscrevem no tempo presente, na sequência apresenta um breve cenário das duas principais correntes de discursos eugenistas no Brasil durante o século XX e conclui com a análise do enunciado encontrado no livro de Afonso Rabe.

Palavras-chave: Eugenia, Puericultura, Biopolítica, Teoria do Capital Humano.

Abstract: The main objective of this study is to understand the statement on eugenics made by Brazilian doctor and professor of childcare Afonso Rabe in his book “Noções de Higiene, Educação Sanitária e Puericultura”, published in 1968, identifying the conditions that made this statement possible. The analysis is anchored in the concepts of enunciation, biopolitics, and governmentality proposed by Michel Foucault, and argues that Afonso Rabe's enunciation of eugenics is related to Human Capital Theory and the perception of “American neoliberalism” in Brazilian society, especially in the second half of the 20th century. The article begins by discussing the ways in which eugenic discourses are inscribed in the present time, followed by a brief overview of the two main currents of eugenic discourse in Brazil during the 20th century, and concludes with an analysis of the statement found in Afonso Rabe's book.

Keywords: Eugenics, Childcare, Biopolitics, Human Capital Theory.

Introdução

Neste artigo iremos discutir o enunciado da eugenia em um manual didático escrito pelo médico Afonso Rabe e publicado em 1968, buscando identificar a singularidade dessa enunciação em suas condições de possibilidade. Afonso Rabe, para além da medicina, exerceu diversos cargos de gestão no âmbito da Saúde Pública, foi prefeito do município de Blumenau (localizado no Vale do Itajaí, em Santa Catarina, na região Sul do Brasil) e professor na disciplina de Higiene e Puericultura para estudantes do Curso Normal.

Considerando que a eugenia “foi um ente constituinte da moderna história brasileira”. (Stepan, 2004, p. 380), e que discursos eugenistas continuam agenciando nossa sociedade, compreender as diferentes enunciações da eugenia e suas relações com estratégias de poder e seus efeitos contribui para a análise dos dispositivos a partir dos quais nos constituímos enquanto sujeitos. Nesse sentido, compreender a emergência do enunciado da eugenia, dessa função enunciativa como explicitou Michel Foucault (1995), a partir de um lugar totalmente periférico no discurso historiográfico brasileiro e nas análises sociais sobre a saúde nacional, parece ser interessante. Afinal, Afonso Rabe não esteve entre os principais intelectuais que discutiram a eugenia no Brasil, tampouco o Vale do Itajaí se constitui como alvo privilegiado de estudos no âmbito da história do corpo ou do discurso médico. O que nos importa aqui, entretanto, são os modos de enunciação da eugenia, compreendendo que “as posições do sujeito se definem igualmente pela situação que lhe é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos” (Foucault, 1995, p. 59).

Ancorados nos conceitos foucaultianos de enunciado, biopolítica e governamentalidade, neste artigo procuramos mostrar as singularidades da forma de enunciação da eugenia por Afonso Rabe e as condições que tornaram possível sua emergência. Iniciamos com uma breve discussão de como discursos eugenistas se inscrevem no tempo presente, apresentamos rapidamente um cenário da presença da eugenia no Brasil no século XX e encerramos com a análise do enunciado de Afonso Rabe nas suas relações com a Teoria do Capital Humano.

Os discursos da eugenia

Embora diversos pesquisadores argumentem pelo declínio da eugenia após o fim da Guerra Mundial, em 1945 – não sem contestações, especialmente com o avanço da engenharia genética e suas intervenções para a “customização” genética de corpos a nascerem – , é importante observar que o emprego da eugenia, seja como saber ou como palavra-conceito a definir um conjunto de práticas, não foi sepultado por decreto.

Assim, e ainda que com menos frequência e à revelia do reconhecimento da comunidade científica, a defesa da eugenia enquanto saber com efeitos biopolíticos persistiu sob condições específicas, embora suas formas de enunciação tenham se modificado.

A fim de considerarmos leituras contemporâneas possíveis da eugenia, queremos trazer para a nossa discussão a compreensão que o National Human Genome Research Institute (NHGRI) tem da eugenia. Em sua página oficial na internet, o Instituto define a eugenia como “uma teoria imoral e pseudocientífica que afirma ser possível aperfeiçoar pessoas e grupos por meio da genética e das leis científicas da herança”, resultante de “uma compreensão incorreta e preconceituosa do trabalho de Charles Darwin e Gregor Mendel para apoiar a ideia de ‘melhoria racial’”¹ (NHGRI, 2025).

A despeito da definição moral dada, e do esforço de desqualificar a eugenia atribuindo a ela o adjetivo “pseudocientífica”, desconsiderando que no contexto da sua enunciação no final do século XIX e início do XX amplos setores da comunidade científica reconheciam na eugenia métodos próprios da ciência aceita e produzida em seu tempo, é curioso observar que o próprio NHGRI reconhece que “a eugenia continua sendo uma questão constante na sociedade e na comunidade científica, e o NHGRI está comprometido em monitorar sua presença e confrontar suas imprecisões” (NHGRI, 2025)². Questão “tão constante” que nessa mesma página o NHGRI faz menção ao biólogo e geneticista James Dewey Watson, um dos cientistas da equipe que propôs o modelo da estrutura da molécula de DNA, galardoado com o Prêmio Nobel de Fisiologia ou Medicina de 1962 e um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento do Projeto

¹ Os autores deste artigo optaram por traduzir livremente os textos originais para facilitar a leitura. As traduções livres dos textos originalmente publicados em idiomas diferentes do português são de responsabilidade dos autores deste artigo.

² Aqui parece importante tecer algumas considerações a respeito da discussão que Michel Foucault faz sobre ciência e saber em seu “A arqueologia do saber” (1995), a fim de evitarmos interpretações equivocadas daquilo que estamos tentando problematizar. Primeiro, e nos parece óbvio, não se trata aqui de uma discussão que pretende reconhecer cientificidade ou não à eugenia, ou de atribuímos a ela um status de ciência. Não é esta nossa preocupação, mas de compreender o modo de enunciação da eugenia por parte do NHGRI, que partindo de um “modelo matemático de ciência”, trata de se afirmar enquanto território legítimo (e, portanto, confiável e seguro) que opera estratégias de saber e poder e, por conseguinte, autorizado a “monitorar” e “confrontar” campos discursivos “ilegítimos”, “falsos” e “imorais”. Foucault argumenta, entretanto, que “para o historiador que interroga o devir efetivo das ciências, [o modelo da matemática] é um mau exemplo que não se poderia, de forma alguma generalizar” (Foucault, 1995, p. 214). Nos limites deste nosso trabalho, a eugenia é compreendida no quadro de um saber, ou seja, como um “conjunto de elementos, formados de maneira regular por uma prática discursiva e indispensáveis à constituição de uma ciência, apesar de não se destinarem necessariamente a lhe dar lugar [...]; espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso” (Foucault, 1995, p. 206). Portanto, ao destacarmos a preocupação do NHGRI quando afirma que “a eugenia continua sendo uma questão constante na sociedade e na comunidade científica”, não é no sentido, repetiremos, de afirmar uma presença no tempo presente da eugenia enquanto ciência ou do reconhecimento do discurso da eugenia enquanto científico por parte da comunidade científica, mas no sentido de 1): compreender a eugenia enquanto campo discursivo que deve ser compreendido na cientificidade que lhe é própria no momento da sua emergência; e 2): enquanto estratégia que participa de um “território arqueológico” ao qual podem se articular, também, instituições como o National Human Genome Research Institute.

Genoma Humano, chegando a dirigir o National Center for Human Genome Research, entidade que deu origem ao NHGRI. Em 2007, após tecer associações públicas entre raça e genética ao defender uma inferioridade intelectual em pessoas com origens africanas, James Dewey Watson foi desligado de diversas instituições de pesquisa, dentre as quais o próprio NHGRI.

A menção ao geneticista na página oficial do Instituto dá início a uma argumentação na qual se busca mostrar o declínio da adesão de cientistas à eugenia após a Guerra Mundial e o deslocamento de uma parte deles às teorias neomalthusianas de controle da natalidade, associando a eugenia às campanhas de esterilização, especialmente nos Estados Unidos. O objetivo da menção é claro: desvincular o mapeamento do genoma humano e as pesquisas genéticas consequentes do “fantasma da eugenia”. Entretanto, ocorre-nos citar aqui aquilo que Michel Foucault chamou de “regra da polivalência tática dos discursos”, ou seja, que “os discursos são elementos ou blocos táticos no campo das correlações de força; podem existir discursos diferentes e mesmo contraditórios dentro de uma mesma estratégia; podem, ao contrário, circular sem mudar de forma entre estratégias opostas” (Foucault, 2001, p. 97). E Foucault nos adverte sobre a importância de interrogar os discursos no “nível da sua produtibilidade tática” e no da sua “integração estratégica”.

Não pretendemos, no espaço deste trabalho, aprofundar uma análise do discurso do National Human Genome Research Institute a respeito da eugenia, tampouco deslizar na armadilha de afirmar a enunciação da eugenia subjacente à sua negação, como se ali estivesse escondida. A referência à regra da polivalência tática dos discursos serve apenas para nos deixar atentos à vinculação dos discursos aos efeitos que produzem e suas relações às técnicas de saber e estratégias de poder específicas. Entretanto, a necessidade do NHGRI afirmar seu entendimento da eugenia e de apresentar sua “missão” como algo distante de uma “teoria imoral e pseudocientífica”, indica a preocupação com uma permanência da eugenia mesmo nos debates da comunidade científica contemporânea, especialmente no estudo e desenvolvimento de saberes e tecnologias genéticas.

Uma primeira enunciação da eugenia aparece com Francis Galton em 1883, ao afirmar que o objetivo do seu livro “Inquires into human faculty and its development” tem o objetivo de abordar as questões do “cultivo da raça”, ou “questões eugênicas”; e o autor explica em nota de rodapé: “com questões relacionadas a que é denominado em grego, eugenēs, ou seja, bom de estoque, hereditariamente dotado de qualidades nobres”³ (Galton, 1883, p. 24). Uma palavra adequada, segundo o autor, pinçada da cultura grega à qual o humanismo prestava suas reverências, e que de algum modo era capaz de amarrar conceitualmente, nesse trabalho síntese de 1883, pesquisas e

³ No original: “with questions bearing on what is termed in Greek, eugenēs, namely, good in stock, hereditarily endowed with noble qualities.” (Galton, 1883, p. 24).

argumentos que Galton vinha construindo desde a década de 1860. Assim, “eugenia passou a indicar as pretensões galtonianas de desenvolver uma ciência genuína sobre a hereditariedade humana que pudesse, através de instrumentação matemática e biológica, identificar os melhores membros [...], portadores das melhores características [...]” (Del Cont, 2008, p. 202), com o objetivo declarado de estimular a reprodução dos indivíduos mais adequados ao aprimoramento da raça humana a fim de tornar seu legado hereditário prevalente sobre os menos adequados, conforme explicitado na justificativa de Galton pela opção da palavra “eugenia”:

Precisamos muito de uma palavra breve para expressar a ciência do melhoramento do estoque, que não se limita de forma alguma a questões de acasalamento criterioso, mas que, especialmente no caso do homem, leva em conta todas as influências que tendem, por mais remoto que seja, a dar às raças ou linhagens de sangue mais adequadas uma chance melhor de prevalecer rapidamente sobre as menos adequadas (...). A palavra eugenia expressaria suficientemente a ideia; é pelo menos uma palavra mais clara e mais generalizada do que viriculture, que uma vez me aventurei a usar⁴. (Galton, 1883, p. 25).

É interessante observar que após a proposição, por parte de Galton, de um saber, o da eugenia, este passa a ser disputado por diferentes correntes teóricas do campo científico, principalmente nos Estados Unidos e na Europa, confrontando principalmente os biometristas/darwinianos e os mendelianos (cf. Black, 2003; Del Cont, 2008). Não discutiremos esse debate aqui, apresentado no trabalho de Valdeir Del Cont (2008)⁵, mas nos interessa reforçar a dimensão de ciência que os eugenistas imprimiam ao saber que perseguiram, bem como o caráter biopolítico das estratégias relacionadas à eugenia. E por que o caráter biopolítico? Porque, conforme discutido por Michel Foucault (2001), a eugenia, na analítica do poder, constituiu-se em estratégia fundamental na difusão do dispositivo da sexualidade para a sociedade de modo amplo, na medida em que o poder ao longo dos séculos XVIII e XIX passou a se situar e exercer “ao nível da vida, da espécie, da raça e dos fenômenos maciços da população”

⁴ No original: “We greatly want a brief word to express the science of improving stock, which is by no means confined to questions of judicious mating, but which, especially in the case of man, takes cognisance of all influences that tend in however remote a degree to give to the more suitable races or strains of blood a better chance of prevailing speedily over the less suitable than they otherwise would have had. The word eugenics would sufficiently express the idea; it is at least a neater word and a more generalised one than viriculture, which I once ventured to use.” (Galton, 1883, p. 25).

⁵ “As questões relacionadas à seleção natural, no início do século XX, perdiam cada vez mais popularidade e um conjunto variado de propostas concorrentes conviviam e tentavam firmar-se sem, no entanto, haver alguma preocupação com certa unidade teórica. O cenário estava virtualmente dividido entre uma série de desdobramentos teóricos a orientar as pesquisas em seus diversos níveis. Foi justamente nesse caldeirão científico que várias pesquisas foram conduzidas com a nítida preocupação em encontrar as bases do desenvolvimento biológico do ser humano em função da possibilidade de controle da hereditariedade daquelas características que pudessem contribuir para o desenvolvimento de um tipo idealizado, destituído de traços considerados degenerativos, viciosos e doentios.” (Del Cont, 2008, p. 216).

(Foucault, 2001, p. 129). É a eugenia se desenvolvendo na dinâmica das relações de poder organizadas sobre a gestão da vida o que tornou possível não apenas sugerir eliminar os corpos que representariam risco potencial à espécie, mas fundamentalmente participar desse “dispositivo da sexualidade”, no qual “os mecanismos de poder se dirigem ao corpo, à vida, ao que a faz proliferar, ao que reforça a espécie, seu vigor, sua capacidade de dominar, sua aptidão para ser utilizada” (Foucault, 2001, p. 138).

É a partir dessa sua positividade que a eugenia precisa ser compreendida enquanto saber e movimento tributários do iluminismo, com sua crença no progresso e perscrutando no corpo promessas de futuro, seja da espécie/raça, como pretendia Galton, seja da nação, como pretendiam tantos dos seus proponentes associados aos projetos nacionalistas em diferentes Estados, inclusive no Brasil.

Tanto como “ciência que se quer aplicada, como uma engenharia capaz de intervir, reformar e modelar o corpo, as capacidades intelectuais e a hereditariedade humana” (Souza, Wegner e Carvalho, 2024), quanto como saber a participar das estratégias biopolíticas em articulação ao dispositivo da sexualidade, é preciso considerar a enunciação da eugenia a partir das especificidades da trama do poder. É nessa perspectiva, da enunciação, que pretendemos compreender a presença da eugenia no manual didático publicado em 1968 pelo médico e professor de higiene e puericultura Afonso Rabe.

As condições de enunciação da eugenia no manual de Afonso Rabe

Se “não importa quem fala, mas o que ele diz não é dito de qualquer lugar” (Foucault, 1995, p. 142), é importante pontuarmos que, ao enunciar a eugenia, Afonso Rabe o faz de um lugar atravessado por relações de poder capazes de gerar efeitos. Assim, ao enunciar a eugenia, seja nas suas aulas, seja no manual didático que escreveu, esse enunciado produz agência, possui positivities, não porque seja inerente a Afonso Rabe – não o é –, mas justamente porque seu autor exerce um lugar, que é institucional na medida em que está instituído de verdades e as institui. E que lugar é esse exercido por Afonso Rabe que possibilita seus modos de enunciação da eugenia em 1968 e em um local específico? Quais as suas especificidades?

Afonso Rabe se formou em Medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1929, e exceto por breve período em que atuou em embarcações ocupando o cargo público de Inspetor Sanitário Marítimo, exerceu suas atividades profissionais no campo da medicina e da política na sua cidade natal de Blumenau (SC). Em suas

memórias⁶, apresentou um breve relatório da sua trajetória na medicina, desde a sua formação como médico até suas atuações no magistério e na política. Rabe pode ser considerado um “médico militante”⁷ na medida em que, a partir do exercício da medicina, introduziu sua ação normalizadora no tecido social através da sua atuação variada e pública. Dentre suas muitas atividades públicas e profissionais, destacam-se as de tisiologista e médico sanitaria, diretor do Hospital Municipal e do Centro de Saúde no município de Blumenau, prefeito da mesma cidade (1941-1944), e professor de higiene e puericultura por vinte anos no Curso Normal (equivalente ao atual curso de Magistério, de nível médio) do Colégio Normal Pedro II, à época uma das principais escolas públicas de formação de professoras de séries iniciais no Estado de Santa Catarina.

O livro de Afonso Rabe, intitulado “Noções de Higiene, Educação Sanitária e Puericultura”, publicado em 1968, é resultado das aulas que o autor ministrou na escola normal. Das suas “memórias” destacamos um trecho que nos auxilia a compreender a dimensão desse livro nas circunstâncias da sua publicação.

Amadurecendo didaticamente de ano para ano, resolvi escrever as aulas dadas, elaborando um livro de acordo com o programa oficial e apresentei-o à apreciação da Secretaria de Educação do Estado. Passados alguns anos tive a grata satisfação de ver o meu trabalho aprovado, propondo-se a Secretaria a mandar imprimi-lo, o que afinal foi feito em 1968 nas oficinas gráficas da Imprensa da Universidade Federal de S. Catarina, em Florianópolis. O livro foi então adotado como orientador e a edição de 2.500 exemplares distribuída pelo Governo a todas as Escolas Normais do Estado e outros estabelecimentos educacionais congêneres. Preciso esclarecer que não ganhei um centavo com esse trabalho. (Rabe, 1979, p. 20).

Embora o que importa aqui sejam as estratégias enunciativas utilizadas por Afonso Rabe, interessa observar que: a) a obra teve ampla circulação, alcançando todas as escolas de formação de professores no território catarinense; b) que a obra foi avaliada, impressa e distribuída por diferentes setores do poder público nacional e estadual; c) que o autor ressalta o fato de não ter sido remunerado pelo trabalho (embora este seja resultado das aulas que ministrou como professor concursado do Estado de Santa Catarina), reforçando um caráter de “missão” característico da medicina militante.

⁶ Afonso Rabe escreveu o texto intitulado “Meu cinquentenário de formatura em Medicina (1929 – 1979)” em 1979 para a revista Blumenau em Cadernos. O documento original datilografado com 24 páginas, que consultamos para este artigo, está sob guarda no Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, de Blumenau, sob o Registro nº 5782, 1.3.18.1 – Fundo Memória da Cidade - Famílias - Grupo R – Rabe.

⁷ A respeito da definição de medicina militante, conferir os trabalhos de Roberto Machado (1978) e Lília Ferreira Lobo (2015).

Não se trata, portanto, de um texto casuístico, mas com ampla inserção no tecido social na medida em que possivelmente serviu como material de orientação para professores de higiene e puericultura em diversas escolas catarinenses, quiçá até de outros estados, além de refletir um discurso aceito pelo Estado em um contexto de radicalização da ditadura militar brasileira. Acrescente-se o fato de que a obra leva impressa na capa a chancela do Plano Nacional de Educação e da Secretaria da Educação e Cultural. Trata-se, portanto, de um texto oficial em um contexto político de autoritarismo.

A “missão” assumida por Rabe pode ser considerada como uma tática de governamentalidade⁸, cujo propósito era possivelmente conduzir condutas, não apenas das futuras professoras, mas principalmente das jovens mulheres que seriam também potencialmente futuras mães. Trata-se, portanto, de interferir na rotina familiar e de alcançar o corpo da mulher, conforme argumenta Ana Laura Godinho Lima ao analisar diferentes manuais de puericultura publicados no Brasil⁹:

Num cenário ideal, as jovens estudariam puericultura durante o curso normal, sob a supervisão de um professor, numa fase da vida em que ainda eram solteiras e a perspectiva dos filhos era mais ou menos remota. Levariam em conta os ensinamentos da eugenia veiculados na disciplina ao se casar. (Lima, 2007, p. 103).

Não pretendemos neste artigo analisar o manual de Afonso Rabe na íntegra, mas inquirir uma pequena parte do livro que de algum modo “parece” destoar do período em que foi impresso, a saber, pela inclusão de referências à eugenia. Utilizamos aqui o verbo destoar no sentido em que, de modo geral, os trabalhos que discutem o pensamento e as práticas eugênicas no Brasil estão concentrados no período compreendido entre as décadas de 1910 e 1940.

O debate acadêmico da eugenia iniciou no Brasil com o médico Alexandre Tepedino em 1914, como título da sua tese na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, mas teve no também médico Renato Kehl seu principal propagador. Em 1918 foi fundada a primeira sociedade eugênica brasileira, a Sociedade Eugênica de São Paulo, sob inspiração de Renato Kehl, e em 1929 aconteceu o 1º Congresso Brasileiro de Eugenia. Segundo Nancy Leys Stepan (2004, p. 336) “[...]a eugenia surgiu no Brasil

⁸ Michel Foucault discute a governamentalidade em sua aula no Collège de France em 01 de fevereiro de 1978, dentro do curso “Segurança, Território, População”: “Por esta palavra, ‘governamentalidade’, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança.” (Foucault, 2008, p. 143).

⁹ Myriam Mitjavila (2016) sustenta que a puericultura, especialmente por meio da “maternologia”, já estava inserida nas estratégias do higienismo desde fins do século XIX e inícios do século XX em diversos contextos nacionais. É possível que no Brasil a puericultura tenha começado a assumir um papel mais relevante com a ascensão da eugenia.

como resposta a prementes questões nacionais às quais os brasileiros se referiam em 1920 como ‘a questão social’: as aterrorizantes miséria e falta de saúde da população trabalhadora, em grande parte negra e mulata”. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a revelação das consequências das políticas de eugenia empreendidas pelo nazismo, a defesa explícita da eugenia perdeu espaço¹⁰. Também no Brasil, a maior parte dos estudos buscam compreender a presença da eugenia principalmente na primeira metade do século XX, e são recentes trabalhos como o de Vanderlei Souza e colaboradores (2024) que discutem a presença da eugenia no Brasil na segunda metade do século XX ou até mesmo no século XXI, considerando suas diferentes temporalidades.

No “Índice” do livro de Afonso Rabe, está arrolado o capítulo intitulado “Puericultura Pré-concepcional”, onde se encontra a indicação dos temas conforme a seguinte redação: “Eugenia – Conceito e Finalidade – Geração normal e anormal – Anomalias humanas, hereditárias e congênitas – Anomalias orgânicas e anomalias mentais – Como evitar as anomalias (esterilização; segregação; o exame pré-nupcial)” (Rabe, 1968, p. 11).

Segundo Myriam Raquel Mitjavila, a modernidade ampliou a percepção das fontes de risco para a saúde da população para além das questões do ambiente físico, considerando os “perigos localizáveis no plano dos comportamentos, da moralidade e dos desejos. Desta maneira, a vida em sua totalidade, e especialmente a cultura, foram convertidas em matéria de governo e de intervenção médico-sanitária” (Mitjavila, 2016, p. 154). Modernidade aqui compreendida enquanto urbanização e industrialização, e que instituiu a puericultura enquanto uma tecnologia para disciplinar corpos modernos.

A puericultura pode ser considerada (...) como parte de uma tecnologia biopolítica dirigida para a racionalização da vida cotidiana: trata-se de substituir a vida doméstica e, fundamentalmente, aquilo que ela tem de tradição e de naturalidade, pelos preceitos morais e as regras da medicina. (Mitjavila, 2016, p. 163).

Conforme Nancy Leys Stepan, “a popularização da palavra ‘puericultura’ e a nova ênfase no bem-estar das crianças e na saúde materna estiveram, no Brasil da década de 1920, intimamente associadas com a eugenia” (Stepan, 2004, p. 351). Neste sentido é curioso observar que em seu manual, Afonso Rabe faz uma distinção entre puericultura e pediatria, atribuindo à primeira o caráter de medicina preventiva e à

¹⁰ Para o jornalista Edwin Black, “Foi somente depois que a verdade sobre o extermínio nazista se tornou conhecida que o movimento eugenista americano começou gradualmente a declinar. As instituições eugenistas americanas prontamente trocaram seus nomes de eugenia para genética. Com essa nova identidade, o movimento remanescente se reinventou e ajudou a estabelecer a moderna revolução genética humana, acadêmica e erudita. Embora a retórica e os nomes das organizações tenham mudado, as leis e as mentalidades permaneceram. (Black, 2003, p. 23). O NHGRI, que aparentemente recorreu à obra de Black para produzir o histórico sobre a eugenia publicado em sua página oficial na internet, conforme discutimos no início deste trabalho, parece ter desconsiderado a admoestação final de Black a respeito da “permanência da mentalidade”.

segunda o de medicina curativa. Na sequência, Rabe trata daquilo que chama de “puericultura pré-natal”, que para ele é o equivalente à eugenia: “A puericultura pré-natal, também chamada ‘Eugenia’, pode ser definida como o conjunto de medidas médico-sanitárias pelas quais se procura garantir a saúde da criança, antes mesmo de sua concepção, cuidando da saúde dos futuros pais” (Rabe, 1968, p. 223). A concepção de eugenia de Rabe considera ainda que “só nos defeitos hereditários persiste inexorável o perigo de transmissão dos mesmos aos descendentes, mesmo que os progenitores, estejam em perfeito estado de saúde” (Rabe, 1968, p. 228).

O Brasil foi o primeiro país da América Latina a ter um movimento eugenista organizado, e com características peculiares ao ponto de se levantar a questão de se a eugenia brasileira não configurou um “tipo latino”, diferente da eugenia nazista e da anglo-saxônica (Stepan, 2004). Não iremos neste artigo aprofundar o debate a respeito das diferentes abordagens da eugenia no Brasil, onde se confrontaram ao longo das décadas de 1920 e 1930 duas principais correntes (mendeliana e neolamarckiana) e duas perspectivas: a da “eugenia positiva”, defendida, entre outros, por Roquette Pinto, e a da “eugenia negativa” defendida por Renato Kehl e outros, com toda a sua carga de racismo e de estratégias como a esterilização.

Nancy Leys Stepan faz uma interessante discussão a respeito dessas disputas em torno da concepção de eugenia no Brasil e, segundo esta autora, a eugenia brasileira com influências neolamarckianas pode ter sido resultado de um ecletismo produzido pelo desconhecimento de diversos médicos brasileiros a respeito da genética, pouco estudada nas faculdades de medicina brasileiras nas primeiras décadas do século XX, o que levou muitos a defender a transferência hereditária de características adquiridas. A eugenia neolamarckiana tinha um caráter moralizador, abrindo espaço para as ações regeneradoras, como o combate ao alcoolismo, aos tóxicos e às doenças venéreas enquanto estratégias eugênicas, por exemplo. (Stepan, 2004).

Também Vanderlei Souza e colaboradores discutem as disputas no âmbito da eugenia no Brasil na primeira metade do século XX a partir da clivagem “positiva” e “negativa” e a relação intrínseca que existia entre eugenia, sanitarismo, higienismo e educação. Segundo os autores:

Enquanto uns defendiam a melhoria biológica da população por meio de políticas de saúde, higiene e educação, outros defendiam que só era possível aprimorar a raça brasileira intervindo nas políticas de imigração e no controle reprodutivo, como a realização de exames pré-nupciais, a esterilização dos considerados degenerados ou de grandes criminosos, ou mesmo o impedimento de casamentos inter-raciais. (Souza, Wegner e Carvalho, 2024, p. 199).

Interessa aqui pontuar que Afonso Rabe, formado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1929, possivelmente esteve exposto a toda essa disputa em torno da eugenia e à inserção da genética na formação médica brasileira. É ainda Nancy Leys

Stepan a afirmar que “tão desinformados estavam os eugenistas brasileiros sobre o fato de que seu movimento baseava-se em uma concepção científica equivocada que foram tomados de surpresa quando, no final da década de 1920, uma nova geração de geneticistas apontou este fato” (Stepan, 2004, p. 348).

De algum modo, essas contradições aparecem também no texto de Afonso Rabe. Além de fazer uso de todo um vocabulário galtoniano (como, por exemplo, o uso da palavra “tara”, empregada de modo equivalente a “defeito hereditário”), na parte intitulada “Como evitar as anomalias hereditárias e congênitas” (Rabe, 1968, p. 234-236), o autor elenca as seguintes estratégias de eugenia: esterilização, segregação (“internação temporária ou definitiva dos tarados nocivos à sociedade”), e exame pré-nupcial (instrumento defendido sistematicamente por Renato Kehl). Sutilmente Afonso Rabe se posiciona favoravelmente em relação à cada uma dessas estratégias, considerando-as instrumentos de tratamento e cura (a segregação) e prevenção (a esterilização e o exame pré-nupcial). A respeito da esterilização escreve que “a fim de se evitar o nascimento legítimo ou ilegítimo de anormais orgânicos e especialmente, de anormais mentais, vários países já instituíram por leis especiais, a esterilização compulsória, cirúrgica, dos portadores de determinadas taras” (Rabe, 1968, p. 235).

A despeito da resiliência de um vocabulário galtoniano e da presença de estratégias neolamarckianas (que são, também, condições de produção do discurso que encontramos no manual em questão), a concepção de eugenia apresentada por Afonso Rabe se aproxima dos princípios de Gilberto Freyre, que buscou nos Estados Unidos, principalmente nos diálogos com Franz Boas, as bases para defender a ideia de que o tipo brasileiro não é racialmente inferior, mas doente, alinhando-se ao ramo da eugenia identificado com a higiene pública e as estratégias de cura e prevenção. No manual de Rabe, por exemplo, não há qualquer referência às questões raciais, o que não significa inferir que a eugenia defendida por Rabe fosse desprovida de uma base racial, já que a eugenia é, por origem, fundada no princípio da raça. Entretanto, central para os objetivos deste artigo é observar como Afonso Rabe descreveu a finalidade da eugenia, aspecto que discutiremos na próxima seção.

“O direito de nascer sadio”

É na definição da finalidade atribuída por Afonso Rabe à eugenia que será possível observar a emergência local de um modo de enunciação da eugenia e seu alcance biopolítico. Segundo Rabe:

Pela Eugenia, antes de tudo, desejamos assegurar às crianças a virem ao mundo o supremo direito de nascerem sadias e para tanto basta que o homem e a mulher, como entes procriadores, estejam em perfeito estado de saúde orgânica e mental.

Portanto, Eugenia é um esforço para diminuir cada vez mais no futuro, o número da imensa legião de anormais corporais e mentais que, por este mundo afora, enchem os asilos, os hospitais, os manicômios e as penitenciárias.

Na maioria das vezes crianças anormais vêm ao mundo por simples ignorância dos mais elementares conhecimentos de Eugenia, por parte dos progenitores, já que não é admissível a procriação de filhos anormais.

Por conseguinte, a Eugenia constitui uma esperança para que a difusão dos seus conhecimentos torne rapidamente menor, entre as gerações vindouras, o número de aleijados e tarados a contristarem a humanidade. (Rabe, 1968, p. 224).

Portanto, qual a finalidade da eugenia para Afonso Rabe? Ele irá se referir à população, à humanidade contristada por aleijados e tarados, mas primeiro argumenta em favor do direito do indivíduo, no caso, da criança, que tem o direito de nascer sadia. O foco está no direito do indivíduo, que antes mesmo de nascer é alvo de investimentos para que possa se tornar um “elemento útil”. Investimento a ser realizado pela família que não pode e não deve sujeitar o indivíduo às consequências da ignorância. Como compreender esse modo de enunciação da eugenia realizada por Afonso Rabe? Talvez a discussão de Michel Foucault (2022) a respeito do surgimento da Teoria do Capital Humano no interior do neoliberalismo americano¹¹, possa nos ajudar a compreender as condições de possibilidade nas quais o texto de Rabe está inscrito.

Para Foucault, os neoliberais americanos apontaram que, dos três fatores dos quais dependia a produção de bens segundo a economia política clássica – a saber: terra, capital e trabalho –, o fator trabalho não era explorado pelas teorias econômicas, e é justamente sobre o fator trabalho que se desenvolverá, a partir da década de 1950, a Teoria do Capital Humano. A crítica produzida pelos neoliberais se concentrou na abordagem do liberalismo clássico do trabalho como algo abstrato. Para Foucault, o

¹¹ Segundo Laymert Garcia dos Santos (2015), “é na invenção desse novo capitalismo que a teoria do capital humano e a reconfiguração do “homo oeconomicus”, que é o seu corolário, aparecem como uma contribuição norte-americana que vai adquirir um papel central. Agora a mutação concerne não tanto às relações entre Estado e mercado, mas sim às novas articulações que se armam entre mercado e indivíduo, que vão trazer o “homo oeconomicus” para o centro da cena, em detrimento do sujeito de direito”.

neoliberalismo dos Estados Unidos produziu uma “mutação epistemológica” no entendimento de que a análise econômica não deveria ter como objeto o “estudo dos mecanismos” (de produção, de troca, de consumo), mas o “estudo da natureza e das consequências do que chamam de opções substituíveis, isto é, o estudo e a análise da maneira como são alocados recursos raros para fins que são concorrentes, isto é, para fins que são alternativos, que não podem se superpor aos outros” (Foucault, 2022, p. 298). Ou seja, o problema fundamental na análise do fator trabalho passa a ser “saber como quem trabalha utiliza os recursos de que dispõe” (Foucault, 2022, p. 299). A análise se situa, portanto, no ponto de vista do trabalhador, que trabalha para produzir renda (salário) e, para isto, necessita dispor de um capital seu, que é o conjunto das suas capacidades físicas e psicológicas, ou seja, seu corpo. Um corpo-máquina que produz fluxos de renda ao longo da sua vida até atingir a obsolescência. Para os neoliberais, e continuamos nos valendo das reflexões desenvolvidas por Michel Foucault, o trabalhador se transforma no empresário de si mesmo, no “homo oeconomicus”, que até mesmo como consumidor produz a sua própria satisfação. Este capital humano é composto por elementos inatos e por elementos adquiridos, recursos raros sobre os quais devem ser depositados grandes investimentos para que este capital se realize produzindo fluxos econômicos desejáveis. Investimentos que podem se dar no âmbito da genética¹², por exemplo, ou da educação.

Ao abordar o problema político da utilização da genética, Foucault sustenta que ela funciona como estratégia para o crescimento, acumulação e melhoria do capital humano. Já em relação aos investimentos na educação, estes dizem respeito também às horas dedicadas pela família à formação da “competência-máquina”, o tempo dedicado pela mãe ao filho, o capital cultural da família, mas também os cuidados com a saúde e higiene, com a medicina, “que aparecem assim como elementos a partir dos quais o capital humano poderá primeiro ser melhorado, segundo ser conservado e utilizado pelo maior tempo possível” (Foucault, 2022, p. 308).

Ainda segundo Foucault, no neoliberalismo americano o mercado é princípio de inteligibilidade, e é a partir dele que se torna possível compreender dimensões que não são necessariamente econômicas, como no caso da formação do capital humano. Na perspectiva do capital humano se preconiza o investimento da família, e em especial o da figura materna, no desenvolvimento da criança. Um investimento que é financeiro, mas também de tempo, de cuidados, de amamentação, por exemplo, e que resultará em um capital que, no futuro, será revertido por seu “beneficiário” (o filho) em salário, mas também para a família naquilo que Foucault chamou de “renda psíquica”, uma

¹² Laymert Garcia dos Santos, ao discutir essa reconfiguração do “homo oeconomicus” tratada por Michel Foucault (2022), escreve que “tal questão concerne diretamente ao humano, mas não só isso: concerne também ao modo como interesse econômico e interesse tecnocientífico vão convergir no sentido de uma redução do homem à dimensão econômica que permitirá conceber o seu patrimônio genético como uma riqueza passível de valorização” (Santos, 2015).

satisfação que resulta como recompensa dos investimentos de diversos recursos no desenvolvimento dos filhos. Foucault destaca que há, na análise dos economistas neoliberais americanos “uma tentativa de decifração em termos econômicos de comportamentos sociais tradicionalmente não econômicos” (Foucault, 2022, p. 329).

É a partir dessa grade de análise que pretendemos olhar para a possibilidade de enunciação da eugenia no manual de Afonso Rabe. Uma permanência que parece ser também uma emergência. Afinal, cabe-nos perguntar para além de como é possível a Afonso Rabe tomar e ensinar a eugenia como conhecimento válido ainda em 1968, qual eugenia está presente no manual de Rabe.

Possivelmente a resposta a essa questão resida não essencialmente nos aspectos semânticos da noção de eugenia (localizados nos planos da raça, dos atributos da composição da população ou da identidade nacional), mas na sua inscrição enunciativa no espaço discursivo da administração do que Foucault denominava “recursos raros” envolvidos na lógica de otimizar e não desperdiçar o capital humano. Trata-se, primordialmente, de um reposicionamento do discurso eugênico, caracterizado por promover o direito de o indivíduo nascer sob condições suscetíveis de favorecer o desenvolvimento do seu próprio capital humano. O filho, aqui, é o beneficiário dos investimentos não-econômicos realizados pelos pais por meio de uma intervenção eugênica.

Diversos trabalhos discutem a presença da teoria do capital humano na América Latina, principalmente após o fim da 2ª Guerra Mundial, quando se intensificou a hegemonia política e econômica estadunidense nos países da região. Em 1961, no Encontro Extraordinário do Conselho Econômico e Social Interamericano, realizado em Punta del Este (Uruguai), foi oficialmente criada a Aliança para o Progresso. Essa aliança “foi utilizada como instrumento para implementar a política estadunidense de criar aquilo que Lincoln Gordon, embaixador dos Estados Unidos no Brasil entre 1961 e 1966, chamou de Ilhas de Sanidade” (Pereira, 2007, p. 2), e o Brasil foi o país que mais recebeu recursos dos Estados Unidos neste contexto. Thomas Skidmore (1975) mostra que antes mesmo do encontro em Punta del Este, o governo brasileiro já estava construindo as possibilidades de aprofundar a “cooperação” econômica com os Estados Unidos, e durante o governo democrático do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961) o Brasil propôs a “Operação Pan-Americana” que, segundo o brasilianista, tinha como propósito “assegurar o suporte americano para a consecução das ambiciosas metas econômicas da América Latina” (Skidmore, 1975, p. 215). A Operação Pan-Americana e a Aliança Para o Progresso mobilizaram todo um conjunto de políticas

e estratégias sob a perspectiva do desenvolvimentismo com consequências nas políticas de saúde e de educação, tendo como referência a Teoria do Capital Humano¹³.

Em sua análise da Teoria do Capital Humano no quadro do neoliberalismo americano, Foucault não cita a eugenia, embora sustente que a utilização da genética funcione como estratégia para o crescimento, acumulação e melhoria do capital humano, conforme vimos. Tampouco a Carta resultante do encontro de Punta del Este, e seus documentos consequentes que estabeleceram ações e metas nos planejamentos de desenvolvimento da saúde nos países signatários, faz referência à eugenia. Entretanto, ao discutir a análise do neoliberalismo americano realizada por Foucault, Laymert Garcia dos Santos escreve:

A redução da vida ao cálculo econômico adquire aqui a sua máxima expressão, ao mesmo tempo em que se torna inteligível a matriz de uma forma inédita de eugenia, que já não passa mais por políticas de Estado, mas que se formula “democraticamente” na incorporação das leis de mercado pelos indivíduos, incorporação que, acima de tudo, passa a reger o próprio processo de individuação! (Santos, 2015).

Propomos, portanto, que é possivelmente nesta grade que a ideia de eugenia defendida por Rabe encontra as condições de possibilidade para a sua enunciação em um manual didático publicado com os recursos estatais de um regime ditatorial. A eugenia defendida publicamente por Rabe em 1968, e ensinada às jovens mulheres que se preparavam para um possível exercício do magistério, mas também para o exercício da maternidade, era uma eugenia que se pretendia enquanto um direito do indivíduo, e não como um projeto de nação (embora este aspecto não estivesse necessariamente excluído, sendo compreendido como consequência natural do “direito de nascer sadio”). Tratava-se, possivelmente, como já dito aqui, de assegurar que o capital humano pudesse ser melhorado, conservado e utilizado pelo maior tempo possível. Parece-nos

¹³ O encontro de Punta del Este de 1961 produziu uma “Carta”, que ampliou a área do planejamento desenvolvimentista para a América Latina a fim de abranger os setores sociais e, como consequência, o estabelecimento de ações e metas para a saúde, procurando comprometer com estas os países signatários (dentre os quais o Brasil). A respeito do planejamento na área da saúde no contexto da Aliança Para o Progresso, Lígia Giovanella escreve que “a Carta estabelece objetivos e, por vezes, quantifica metas para o decênio próximo em relação a: taxas de mortalidade para certas idades e doenças preveníveis; saneamento e alimentação; organização dos serviços de saúde; planejamento de saúde. Comprometem-se os países signatários da Carta a: reduzir a mortalidade de menores de 5 anos de idade; erradicar a malária e a varíola; intensificar o controle da tuberculose e das doenças entéricas; melhorar a alimentação e a nutrição aumentando a ingestão de proteínas; abastecer de água potável e serviços de esgoto pelo menos 70% da população urbana e 50% da população rural; melhorar a organização dos serviços de saúde e aumentar o seu rendimento, procurando que se atenda cada vez melhor um número maior de enfermos com atividades de prevenção e cura; ampliar a formação de profissionais e auxiliares em saúde; criar nos ministérios de Saúde unidades de planejamento integradas aos organismos de planejamento do desenvolvimento econômico e social; melhorar as estatísticas vitais e sanitárias; elaborar planos decenais nacionais de saúde; ter como meta geral o aumento de cinco anos na esperança de vida ao nascer de cada pessoa.” (Giovanella, 1991, p. 30).

ser esta a singularidade do modo de enunciação da eugenia no manual de Afonso Rabe.

Considerações finais

Neste artigo procuramos identificar a singularidade do modo de enunciação da eugenia por Afonso Rabe e suas condições de possibilidade, relacionando-a à Teoria do Capital Humano analisada por Michel Foucault. Embora introdutória, a reflexão apresentada aqui busca contribuir com as pesquisas que mostram, a partir da análise da presença da eugenia no Brasil, seu caráter instituinte na modernidade brasileira, e com a compreensão dos dispositivos que investem nossos corpos nas relações de poder, produzindo diversos tipos e formas de subjetivação.

Cumprindo ainda aprofundar a análise da inserção da Teoria do Capital Humano no contexto brasileiro após o Estado Novo, considerando as relações de cooperação política e econômica entre o Brasil e os Estados Unidos, e a extensão dessa teoria na conformação dos discursos médicos que atravessaram e produziram diferentes corpos, construindo entendimentos a respeito da saúde (daquilo que se entende por um corpo saudável, desejável e produtivo) tendo como referência aquilo que Michel Foucault chamou de neoliberalismo americano.

Por fim, cabe pontuar que na sociedade ocidental contemporânea observamos uma proliferação de discursos autorizados sobre a saúde, e em muitas situações não nos questionamos a respeito deles e os assumimos enquanto verdades dadas. Colunas médicas veiculadas pela imprensa são consumidas pela sociedade enquanto discursos que visam nosso bem, nossa felicidade e nossa sanidade, e não há razões para suspeitarmos que sejam desonestos. De certa forma, também hoje esses médicos e outros profissionais do campo da saúde atuam como “médicos militantes”, e daí a importância de compreender como essas práticas de saber-poder funcionam e com quais outras práticas de saber-poder se relacionam. Práticas que investem o corpo de uma promessa de futuro que não é apenas anátomo-política, mas fundamentalmente biopolítica. E a eugenia, ainda que possivelmente batizada com outros nomes, participa deste presente, não como um fantasma a ser vigiado e evitado, como pretende o National Human Genome Research Institute, mas como estratégia inerente aos próprios dispositivos biopolíticos que organizam a vida humana.

Referências

BLACK, Edwin. *A guerra contra os fracos: a eugenia e a campanha norte-americana para criar uma raça superior*. Tradução de Tuca Magalhães. São Paulo: A Girafa, 2003.

DEL CONT, Valdeir. Francis Galton: eugenia e hereditariedade. *Scientiæ Studia*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 201-218, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ss/a/nCZxGgFHn8MVtq8C9kVCPwb/>>. Acesso em 16 ago. 2025.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guillon Albuquerque. 14ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*: Curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*: Curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução de Eduardo Brandão. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2022.

GALTON, Francis. *Inquiries into human faculty and its development*. New York: Macmillan and Co., 1883. (Digitalizado por Internet Archive em 2011).

GIOVANELLA Lígia. As origens e as correntes atuais do enfoque estratégico em planejamento de saúde na América Latina. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, jan.-mar. 1991, p. 26-44. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-311X1991000100004>>. Acesso em 14 set. 2025.

LIMA, Ana Laura Godinho. Maternidade higiênica: natureza e ciência nos manuais de puericultura publicados no Brasil. *História: Questões e Debates*, Curitiba, n. 47, 2007, pp. 95-122. Disponível em: <<https://doi.org/10.5380/his.v47i0.12112>>. Acesso em 18 jul. 2025.

LOBO, Lilia Ferreira. *Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MITJAVILA, Myriam Raquel. El saber médico y la construcción social de la familia en el Uruguay: del mesianismo moralizador a la gestión de los riesgos. In: KRMPOTIC, Claudia Sandra (Coord.). *La protección social sin Estado: de la hospitalidad a la asistencia social*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Espacio Editorial, 2016, p. 151-171.

NATIONAL Human Genome Research Institute (NHGRI). Eugenics: Its Origin and Development (1883 - Present). Disponível em <<https://www.genome.gov/about-genomics/educational-resources/timelines/eugenics>> . Acessado em 29 de agosto de 2025.

PEREIRA, Henrique Alonso de A. R. Os Estados Unidos e a Aliança para o Progresso no Brasil. In. **ANPUH. XXIV Simpósio Nacional de História**. São Leopoldo (RS), 2007. 8 p. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548210562_6e029caab2e80377151564eb23c49db4.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2025.

RABE, Afonso. *Noções de Higiene, Educação Sanitária e Puericultura*. Florianópolis: Plano Nacional de Educação; Secretaria de Educação e Cultura; Imprensa Universitária – UFSC, 1968.

RABE, Afonso. *Meu cinquentenário de formatura em Medicina (1929 – 1979)*. Documento datilografado, 1979, 24 p. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Registro nº 5782, 1.3.18.1 – Fundo Memória da Cidade - Famílias - Grupo R – Rabe.

SANTOS, Laymert Garcia dos. *Experimentum humanum, risco e economia política*. 2015. Disponível em: <<https://laymert.com.br/experimentum-humanum-risco-e-economia-politica/>>. Acesso em 14 set. 2025.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Tradução de uma equipe coordenada por Ismênia Tunes Dantas. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

SOUZA, Vanderlei; WEGNER, Sebastião de; CARVALHO, Leonardo Dallacqua. A história da eugenia e suas durações: uma reflexão a partir do debate sobre controle de natalidade, racismo e biopolítica no Brasil. In. MOTA, André; MACHINI, Rosana. *Corpos, eugenia e perspectiva sócio-histórica*. São Paulo: Hucitec, 2024, p. 194-218.

STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil, 1917-1940. Tradução de Paulo M. Garchet. In. HOCHMAN, G.; ARMUS, D. (orgs.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004., p. 330-391. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/7bzx4/pdf/hochman-9788575413111-11.pdf>>

NOTAS

AUTORIA

Viegas Fernandes da Costa.

Doutorando no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina/ Professor de História do Departamento Acadêmico de Linguagem, Tecnologia, Educação e Ciência.

Email: viegasfernandesdacosta@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-9905-9293> 

Myriam Mitjavila

Doutora em Sociologia.

Universidade Federal de Santa Catarina/ Professora Titular do Departamento de Serviço Social/ Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/ Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política.

Email: myriamremotoufsc@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-2686-7986> 

Endereço de correspondência do principal autor

Indicar Avenida, número, CEP, Cidade, Sigla do Estado, País.

Rua Tiradentes, nº 43, ap. 72, Centro.

Florianópolis, SC.

CEP 88010430

INFORMAÇÕES SOBRE A OBRA

O artigo é produto das pesquisas desenvolvidas no Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Profissões e Instituições (NEPPI/UFSC) e às pesquisas do doutorando Viegas Fernandes da Costa no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, sob orientação da Dra. Myriam Mitjavila.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos ao Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGICH/UFSC) e ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC).

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: Viegas Fernandes da Costa e Myriam Mitjavila.

Coleta de dados: Viegas Fernandes da Costa

Análise de dados: Viegas Fernandes da Costa e Myriam Mitjavila.

Discussão dos resultados: Viegas Fernandes da Costa e Myriam Mitjavila.

Revisão e aprovação: Viegas Fernandes da Costa e Myriam Mitjavila.